

Ata da XII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça entre a República Francesa e a República Federativa do Brasil

3 e 4 de julho de 2023 – Caiena, França

Realizou-se em Caiena, nos dias 3 e 4 de julho de 2023, a XII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) Brasil-França.

A delegação francesa foi presidida pelo *préfet* da Guiana Francesa, Sr. Thierry Queffelec, e pela diretora das Américas e do Caribe do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Sra. Michèle Ramis. Compuseram a delegação francesa o ministro-conselheiro da Embaixada da França no Brasil, Sr. Olivier Fontan, o deputado da primeira circunscrição da Guiana Francesa, Sr. Jean-Victor Castor, o presidente da Coletividade Territorial da Guiana Francesa (CTG), Sr. Gabriel Serville, o prefeito de Saint-Georges de l'Oyapock e presidente da Communauté de Communes de l'Est guyanais, Sr. Georges Elfort, o procurador-geral junto à Cour d'Appel de Caiena, Sr. Joël Sollier, o presidente do Grand Conseil Coutumier da Guiana Francesa, Sr. Bruno Apouyou, e o comandante da Gendarmerie da Guiana Francesa, o general Jean-Christophe Sintive. A delegação brasileira foi presidida pelo governador do Estado do Amapá, Sr. Clécio Luis, e pelo diretor do Departamento da Europa do Itamaraty, ministro Flavio Goldman. Integraram a delegação brasileira o cônsul-geral do Brasil em Caiena, embaixador Demétrio Bueno Carvalho, o deputado federal, Sr. Dorinaldo Malafaia, a deputada estadual do Amapá e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá, Sr. Edna Auzier, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, desembargador Adão Carvalho, o conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris Sr. Mauricio Candeloro, o coordenador-geral de extradição e transferência de pessoas condenadas do Ministério da Justiça, Sr. Rodrigo Antonio Gonzaga Sagastume, o diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, Sr. Jurandil dos Santos Juarez, e o tenente-coronel, Dr. George Alberto Garcia de Oliveira.

As partes manifestaram sua satisfação com a retomada desse mecanismo de consulta no âmbito do relançamento das relações bilaterais. Ressaltaram sua disposição e entusiasmo para enfrentar juntas os desafios na região e avançar lado a lado. Manifestaram ainda sua satisfação com a retomada do diálogo político transfronteiriço e dos contatos de alto nível entre os dois países. A ordem do dia foi aprovada.

I. Apresentação das propostas do Conselho do Rio Oiapoque

A quinta reunião do Conselho do Rio Oiapoque foi realizada em 26 de maio de 2023 em Saint-Georges. Conduzida, pelo lado francês, pelo Sr. Guillaume Brault, *sous-préfet* para a região administrativa de Saint-Georges, e, pelo lado brasileiro, pelo Sr. Lucas Abrahão, secretário de Estado de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá, essa sessão marcou etapa importante na retomada da cooperação transfronteiriça. O Conselho do Rio Oiapoque aprovou novo regimento interno, que foi submetido à Comissão Mista. As principais mudanças consistem na adoção da decisão por consenso e na atualização da composição institucional do Conselho.

Seis grupos de trabalho haviam sido reestruturados ou criados no final de 2022 e início de 2023, e cada um deles relatou seus trabalhos durante a reunião.

As nove propostas apresentadas tiveram seus temas validados e serão desenvolvidas em nível técnico no âmbito das seguintes discussões:

1. Implementação de mecanismo de controle do transporte e comércio de mercúrio e seus compostos no rio Oiapoque e seus afluentes; realização de análises de contaminação por mercúrio junto às populações locais, e no meio ambiente, duas vezes ao ano.
2. Criação de Centro de Coordenação de Saúde na fronteira que possa atuar como um elo entre os dois sistemas de saúde a qualquer momento, e que disponha de competências técnicas, incluindo a capacidade de compreender relatórios técnicos, exames médicos, procedimentos de atendimento exigidos pelos agentes de saúde e o quadro clínico dos pacientes que precisam de atendimento complementar na fronteira, seja para cuidados básicos, seja para tratamentos especializados ou urgentes.
3. Implementação efetiva do projeto de escola intercultural de fronteira em Saint-Georges de l'Oyapock e em Oiapoque; análise da possibilidade de estender o projeto para Camopi e Vila Brasil.
4. Análise da possibilidade de eliminar o regime de transbordo na altura da ponte, com a concessão de uma autorização de quinze dias para os condutores profissionais.
5. Criação de área de livre comércio e serviços (zona franca) na fronteira, por meio da aplicação do regime aduaneiro especial previsto no acordo ratificado em 2016, relativo ao estabelecimento de um regime especial transfronteiriço para bens de subsistência entre as localidades de Saint-Georges de l'Oyapock e Oiapoque (ratificado pelo decreto brasileiro de 16 de janeiro de 2017); inclusão de Camopi e Vila Brasil nesse acordo.
6. Adaptações normativas, legislativas e regulamentares, criação e compartilhamento de instalações binacionais de tratamento e reciclagem de resíduos.
7. Implementação efetiva da política de binacionalidade do Campus Binacional da UNIFAP para os ameríndios da Guiana Francesa, e viabilização do acesso à Universidade da Guiana Francesa para os indígenas brasileiros.
8. Elaboração de uma proposta para incluir a cultura Wajãpi da Guiana Francesa na lista do patrimônio mundial da UNESCO, da mesma forma que ocorre com a cultura Wajãpi do Brasil.
9. Retomada da emissão regular de vistos franceses em Macapá e da carteira de circulação transfronteiriça.

As duas partes reconheceram a necessidade de implementar medidas concretas e institucionais que complementem a cooperação cotidiana e natural na zona de fronteira. A segurança, a coesão social, o desenvolvimento e o meio ambiente devem ser temas prioritários. Já existe uma cooperação dinâmica, mas ela poder intensificada.

A parte brasileira ressaltou a importância da questão dos vistos, que deveriam poder ser emitidos em Macapá, bem como da defesa dos povos indígenas, a qual constitui uma prioridade para o governo.

O deputado Jean-Victor Castor propôs que reunião da CMT fosse realizada anualmente para acompanhar o desenvolvimento acelerado da região e os desafios no planalto das Guianas. O fluxo de riquezas petrolíferas na Guiana Francesa poderia atingir toda a região, bem como atividades ilegais, alimentadas principalmente por obstáculos impostos pela legislação.

II. Cooperação em matéria de defesa e segurança

a) Operações conjuntas, cooperação para o combate à extração ilegal de ouro

As partes expressaram sua satisfação com a parceria em segurança e defesa, que completou seu décimo quinto aniversário neste ano, e reiteraram seu comprometimento em cooperar para enfrentar os desafios relativos à segurança em sua fronteira comum. Prestaram homenagem ao

Major Arnaud Blanc e ao Suboficial Guy Barcarel, vítimas durante operações de combate à extração ilegal de ouro. Ressaltaram, ainda, a importância de uma cooperação estreita para combater de forma eficaz as atividades ilegais e as facções criminosas. A parte brasileira assinalou que, embora seja questão primordial, a segurança não poderia ser um fim em si mesma: poderíamos progredir em outras áreas sem fazer das questões de segurança um pré-requisito.

As partes saudaram os sucessos alcançados no Oiapoque e no mar, como ilustram as operações Rochelle e Jararaca. Expressaram, além disso, sua gratidão pela contribuição dos oficiais de ligação brasileiros baseados em Caiena, e seu entusiasmo com a futura cooperação aérea entre as forças armadas da Guiana Francesa e o Primeiro Comando Aéreo Regional. As dezesseis reuniões realizadas anualmente entre as forças armadas presentes nas duas margens da fronteira representam, para o Brasil, o mais alto nível de cooperação com um país da América do Sul.

As partes concordaram que seria necessário atualizar o quadro jurídico que rege as operações realizadas em conjunto. Com efeito, embora as operações combinadas sejam um motivo de satisfação, há margem para uma maior cooperação.

As duas delegações destacaram a importância do combate à extração ilegal de ouro para ambas as partes, ressaltando particularmente as suas consequências desastrosas para a Guiana Francesa e o Brasil. A parte francesa apresentou a missão Harpie e os resultados obtidos em 2022 no combate à extração ilegal de ouro na Guiana Francesa, observando que grande parte dos atores e do material envolvido vinha do lado brasileiro. Ressaltou, ainda, a qualidade da cooperação policial existente e propôs sua ampliação, especialmente por meio da implementação de operações conjuntas, a fim de combater o avanço de quadrilhas e a presença de armas. A parte brasileira declarou que o combate à extração ilegal de ouro é prioridade para o governo do presidente Lula.

A delegação francesa ressaltou a gravidade crescente da pesca ilícita nas águas guianenses, com 72 infrações registradas em 2021, e 143 em 2022. Essas infrações são principalmente cometidas por embarcações brasileiras. A parte brasileira manifestou sua vontade de cooperar. Exercícios como o “Fer de Lance” (Ferro de Lança) são motivos de grande satisfação.

As duas delegações concordaram com o fato de que a luta contra a pesca ilegal requer cooperação estreita. Destacaram, além disso, que seria necessário que o Suriname e a Guiana também participassem dessa cooperação, visto que os desafios que esses países vizinhos devem enfrentar em matéria de segurança são semelhantes aos do Brasil e da Guiana Francesa. O Diálogo Estratégico do Escudo das Guianas, iniciado em 2021, foi identificado como uma plataforma regional de coordenação fundamental.

A parte brasileira expressou sua satisfação com os programas de treinamento mútuo, como os que foram realizados junto aos bombeiros. Indicou que gostaria que mais ações desse tipo fossem organizadas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro ressaltou que já existe amplo quadro de cooperação jurídica com a França. A negociação de novo acordo de cooperação em matéria penal está sendo finalizada. Percebia-se a necessidade de acordo de transferência de presos, para o qual consultas informais foram realizadas paralelamente à comissão mista. Também foi manifestado o interesse em trabalhar em um acordo de combate ao crime organizado semelhante ao que o Brasil elaborou com Portugal e Itália.

b) Centro de Cooperação Policial (CCP) de Saint-Georges e cooperação policial

A delegação francesa destacou a importância do Centro de Cooperação Policial (CCP) de Saint-Georges, que é o único centro de cooperação policial fora do espaço europeu, e apresentou um panorama geral de suas atividades. A recente nomeação de um membro da Polícia Rodoviária Federal brasileira (PRF) para atuar junto ao CCP, ao lado do agente da Polícia Federal (PF), foi muito bem recebida.

Para responder ao avanço do crime, a delegação francesa sugeriu aumentar a capacidade do CCP para que o centro pudesse receber oficiais adicionais de várias entidades brasileiras, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). A integração de um membro da polícia do Amapá foi apontada como uma prioridade. O governador do Amapá anunciou que três membros das forças policiais do Amapá (Militar, Civil e Corpo de Bombeiros) se juntariam em breve ao CCP, iniciativa que foi muito bem recebida pela parte francesa.

As partes insistiram sobre a necessidade, para o CCP, de possuir instalação própria na ponte sobre o rio Oiapoque, ressaltando a importância de seu aspecto simbólico.

Dois textos, quase finalizados, foram anunciados pela parte francesa: uma declaração intergovernamental que facilita o trabalho sobre novos textos e um arranjo administrativo entre o Ministério do Interior da França e o Ministério da Justiça do Brasil. Esses documentos eximiriam a necessidade de fazer modificações consideráveis no acordo intergovernamental. A parte brasileira manifestou sua disposição em contribuir para essa iniciativa.

c) Cooperação judiciária e intercâmbio de informações

As duas partes expressaram suas preocupações diante do avanço do crime organizado, e ressaltaram a necessidade de fortalecer as relações de confiança já existentes. A parte francesa criou, junto à unidade do Ministério Público em Caiena, seção dedicada ao combate às facções criminosas.

Há densa cooperação e intercâmbio direto de informações entre oficiais policiais dos dois países, mas é necessário encontrar mecanismos que permitam aprimorá-los e institucionalizá-los dentro dos limites do Estado de Direito. Os meios dos quais dispõem as equipes do CCP não são suficientes para combater as facções criminosas, que também estão ligadas às do Suriname. Um melhor exercício conjunto sobre o compartilhamento de informações de inteligência deveria ser formalizado. A experiência mostra que as trocas prévias de informações contribuem para o sucesso das operações.

Os mandados de prisão e as operações conjuntas poderiam se tornar mais eficazes. A questão do direito de perseguição surge regularmente. O lado brasileiro apontou que tanto os policiais franceses quanto os brasileiros estavam em situação de insegurança, por não poderem usar suas armas do outro lado da fronteira. Isso cria obstáculo à ação em casos de flagrante delito em que o criminoso cruza a fronteira.

O combate ao tráfico de drogas, que tem a Guiana Francesa como ponto de entrada para a Europa, foi identificada como prioritária: a fiscalização foi reforçada, principalmente no aeroporto de Caiena.

As duas partes realizaram trocas informais a respeito dos princípios e da utilidade de uma convenção de transferência.

III. Cooperação econômica, conexões e transporte

a) Funcionamento da ponte sobre o rio Oiapoque

A delegação francesa ressaltou a importância de ampliar os horários de abertura da ponte sobre o Oiapoque para melhorar a vida cotidiana dos habitantes da bacia transfronteiriça. Os recursos disponíveis atualmente no lado francês permitiriam uma abertura de dez horas por dia. A parte brasileira observou que a ponte é mais usada por uma parte do que pela outra - há um número significativamente maior de veículos franceses que atravessam a ponte - e que o regime de vistos não garante reciprocidade de tratamento entre as duas margens do rio.

As duas partes mencionaram que a facilitação das trocas econômicas entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá não depende unicamente da ponte sobre o rio Oiapoque, especialmente no que se refere ao transporte de mercadorias em grande quantidade. O projeto de porto seco permitiria avanços em relação a essa questão. Afirmaram também que a obrigação de transbordo sobre a ponte deve ser superada. As autoridades aduaneiras brasileiras são favoráveis ao estabelecimento de um acordo sobre o transbordo.

As duas delegações observaram que o tráfego rodoviário sobre a ponte do rio Oiapoque é limitado principalmente pela falta de harmonização entre as normas brasileiras e francesas relativas aos seguros. No entanto, a criação do “Seguro Fronteira” pela parte francesa facilitou a entrada de motoristas brasileiros no território francês, embora ainda considerem os preços altos. As partes reconheceram a existência de dificuldades, especialmente no que se refere à oferta de seguro, considerada insuficiente, e aos obstáculos impostos pela legislação brasileira. Para os motoristas franceses, a ausência de oferta de seguro privado no Brasil constitui um risco financeiro significativo, pois eles são pessoalmente responsáveis por qualquer dano que possam causar no Brasil.

A parte francesa insistiu sobre a necessidade de incentivar o estabelecimento de novas seguradoras, como a CNP Assurances, sob a condição de que esses atores se adequem à regulamentação. As partes concluíram as discussões sobre o tema ressaltando a importância de um maior apoio a esses atores por parte dos dois países, a fim de possibilitar a oferta de um seguro transfronteiriço.

A parte brasileira ressaltou que as limitações que impedem a ponte de cumprir plenamente o seu objetivo decorrem de exigências em três vertentes: visto, transbordo e seguro. Observou, ainda, que essas obrigações são obstáculos ao comércio legal, não às atividades irregulares.

b) Circulação de mercadorias

As duas partes reconheceram a assimetria dos fluxos de mercadoria entre a Guiana Francesa e o Amapá, bem como as dificuldades geradas pelas obrigações regulamentares impostas nos dois lados da fronteira. Embora os fluxos de mercadoria sejam baixos, o fluxo de pessoas tem registrado um forte aumento.

A delegação francesa ressaltou a importância do acordo bilateral relativo ao transporte internacional de passageiros e cargas, e especialmente do relançamento da Comissão Mista de Transporte para o diálogo sobre as questões ligadas aos fluxos comerciais. Observou que a última reunião dessa comissão foi realizada em 2018 e sugeriu que uma nova data fosse fixada para a próxima reunião, o que foi aceito pela parte brasileira. Uma troca informal entre

especialistas técnicos foi realizada paralelamente à CMT no intuito de planejar a próxima reunião.

A delegação brasileira anunciou que os fluxos de importação e exportação seriam facilitados pela abertura de escritório para lidar com todas as formalidades administrativas. Indicou, ainda, que um projeto de transbordo em Santana contribuirá para o desenvolvimento das trocas comerciais. Ressaltou, por fim, a importância de melhorar os fluxos, que se mostraram cruciais para o abastecimento de alimentos durante a pandemia.

A delegação brasileira anunciou que o Governo Federal apresentará ao Congresso proposta de adesão do Brasil à Convenção TIR (Transportes Rodoviários Internacionais), que já recebeu a aprovação dos Ministérios competentes. Destacou que a adesão do Brasil poderia tornar possível o transporte de mercadorias sem que seja necessário o transbordo.

As duas partes expressaram sua satisfação com a abertura iminente do Posto de Inspeção Fronteiriça no porto de Caiena. Essa estrutura permitirá que o comércio de produtos vegetais e de origem animal seja relançado em melhores condições, evitando a necessidade de seu envio à Europa continental para aprovação antes de serem exportados para a Guiana Francesa. A abertura do PIF contribuirá para a redução dos custos de transporte, o que poderá impactar positivamente os preços para os consumidores.

c) Obras na rodovia BR-156

As partes discutiram sobre os desafios relativos às obras no trecho que liga a ponte sobre o Oiapoque a Macapá. Essas dificuldades incluem a travessia de áreas pantanosas, a construção de estruturas na reserva do Uaçá, a travessia de territórios ameríndios e a ausência de depósitos naturais de materiais necessários às obras. A delegação francesa indicou ter conhecimento de dificuldades semelhantes em outras obras realizadas também em lugares afastados, citando o exemplo da rodovia Maripasoula-Papaïchton. Afirmou estar disposta a fornecer apoio técnico para a conclusão das obras na rodovia BR 156, especialmente por meio da troca de conhecimentos especializados. A delegação também se comprometeu a colocar um especialista à disposição do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) para auxiliar nas obras da BR 156. Indicou, ainda, que examinará a possibilidade de facilitar o acesso à pedreira de Saint-Georges de l'Oyapock para garantir o fornecimento das pedras necessárias às obras.

A parte brasileira destacou o progresso realizado nas obras de asfaltamento da BR-156, em particular a reabilitação de trecho de 10 km e a conclusão iminente de pontes de concreto. Cem quilômetros ainda precisam de obras. Indicou, ainda, que também há previsão de obras para os trechos Norte e Sul da rodovia, cujos detalhes serão definidos no dia 24 de julho. As obras ainda deverão durar de dois a três anos. Paralelamente, duas licitações para serviços relativos ao estado atual e à manutenção da ponte serão finalizadas até o final do mês de julho.

d) Acesso marítimo e transporte aéreo

As partes expressaram sua satisfação em relação à reabertura da linha aérea entre Belém e Caiena. A parte brasileira ressaltou, no entanto, que a exigência de visto afetou significativamente o propósito dessa iniciativa. Foi expressa uma vontade comum de estender essa linha no futuro.

As delegações reiteraram seu apoio ao projeto de cabotagem marítima do porto de Caiena no âmbito do programa Interreg, enfatizando sua importância para o desenvolvimento do comércio entre a França e o Brasil.

A parte brasileira destacou a importância do papel do porto de Santana e expressou sua satisfação em relação ao projeto de porto seco, os quais constituem, ao lado das obras de reabilitação da estrada, os principais pontos da estratégia do Governo do Estado do Amapá rumo à fronteira. Expressou ainda o seu apoio ao projeto de zona franca proposto pelo Conselho do Rio e lembrou que um acordo nesse sentido foi estabelecido em 2017.

A parte francesa fez uma síntese dos progressos relativos às infraestruturas portuárias guianenses: a conclusão em breve do posto de inspeção fronteiriço, o projeto de linha de cabotagem, a construção de um terminal de grãos, a concretização do porto seco e a avaliação futura de um projeto de compartilhamento da gestão de resíduos no planalto das Guianas. Um compartilhamento da gestão de resíduos entre a Guiana Francesa e o Amapá seria uma primeira etapa.

O presidente da Coletividade Territorial da Guiana (CTG) observou que a assimetria no regime de vistos dificultava os fluxos, e propôs, em seu nome, que medida que permita uma maior fluidez fosse aplicada de forma experimental, para que possa eventualmente ser implementada de forma definitiva após avaliação.

e) Interreg Amazônia

As partes agradeceram as autoridades do Amapá por sua participação ativa na implementação do programa de cooperação INTERREG AMAZONIE (PCIA) 2014-2020, e pela assinatura da carta de intenções para participar do PCIA 2021 – 2027, que conta com um orçamento de 19 milhões de euros.

As delegações parabenizaram e agradeceram aos atores locais das cidades fronteiriças de Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges de l'Oyapock (França), bem como aos beneficiários do PCIA, por sua colaboração, dedicação e pelos projetos de cooperação implementados em matéria de saúde e segurança civil, especialmente durante a crise sanitária. Onze projetos envolveram o Brasil.

As partes concordaram que seria necessária reflexão conjunta sobre os projetos transfronteiriços que poderiam ser apoiados tanto pelo INTERREG quanto pelos fundos europeus destinados ao Brasil. Expressaram desejo de iniciar diálogo com as delegações da União Europeia a fim de identificar fontes de financiamento para apoiar projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito do PCIA 2021-2027. Educação, saúde, desenvolvimento econômico (3 milhões de euros direcionados ao novo programa), economia circular, combate às mudanças climáticas (5 milhões de euros alocados), mobilidade dos jovens e proteção das populações mais vulneráveis foram as principais áreas de foco.

A delegação brasileira se comprometeu, no que se refere ao Estado do Amapá, a contribuir para facilitar a implementação dos projetos, especialmente por meio de prestações *in natura*, entre as quais o fornecimento de conhecimento técnico. O Estado do Amapá está comprometido com a transparência na implementação de fundos e projetos, e garante a continuidade da gestão ao longo do tempo.

As delegações se comprometeram a promover a implementação de projetos de cooperação regional, priorizando as iniciativas desenvolvidas no âmbito do PCIA. Sublinharam seu apoio à inclusão dos estados do Amazonas e Pará no PCIA 2021-2027, programa gerenciado pela CTG, tão logo quanto possível.

IV. Cooperação sobre as questões migratórias

a) Regime de vistos e circulação de pessoas

A delegação brasileira mencionou que o regime assimétrico de vistos não é consoante ao tom das relações bilaterais com a França, baseadas na amizade e na confiança. Afirmou que esse regime também contradiz o espírito de criação da ponte binacional, construída para facilitar a circulação legal de pessoas e permitir maior controle dos fluxos irregulares. Argumentou, ainda, que esse regime não impede as pessoas de entrarem na Guiana Francesa, dadas as características da fronteira comum, e coloca, na mesma categoria, criminosos, pequenos comerciantes do Oiapoque, brasileiros que gostariam de ter acesso a comércios e serviços na Guiana francesa e turistas, entre outros.

A parte brasileira observou que existem algumas opções que deveriam ou poderiam ser exploradas – emissão de vistos em Macapá, emissão de visto eletrônico. Ressaltou, no entanto, que medidas de flexibilização, embora sejam bem-vindas, não alteram em nada a sua principal demanda, isto é, a retirada da exigência de visto para os cidadãos do Pará, Amapá e Maranhão.

O lado brasileiro abordou a questão da suspensão da emissão de visto pelo Consulado Honorário da França em Macapá. Solicitou ao governo francês que uma solução logística fosse implementada para que seja retomada a emissão de vistos no Amapá enquanto não houver uma revisão do regime atual de vistos. O governador Clécio Luís afirmou estar ciente das dificuldades expostas pelo lado francês em relação às questões técnicas e regulamentares ligadas à emissão de visto pelo Consulado Honorário. Ofereceu apoio logístico a partir de Brasília, inclusive no que se refere ao transporte de equipamentos, para que a França possa oferecer regularmente serviços de emissão de visto por meio de Consulados Itinerantes no Amapá.

A parte francesa ressaltou que a imigração ilegal, constituída por um número significativo de brasileiros (58% das 9.567 medidas de afastamento em 2022), bem como as questões de ordem pública ligadas à atividade de garimpeiros ilegais, são grandes desafios para a Guiana Francesa. Destacou que o fluxo de solicitantes de asilo que chegam no território guianense após trânsito no Brasil, composto em sua grande maioria de pessoas que já gozam de proteção por parte deste país, representa, por si só, um aumento anual da população estrangeira da Guiana Francesa equivalente a 1% de sua população total - isso em um território cuja população estrangeira atual é equivalente a um terço de sua população total.

O lado brasileiro observou que é preciso distinguir os problemas referentes aos refugiados (solicitantes de asilo sírios, afegãos e marroquinos) daqueles relativos à concessão de visto aos cidadãos brasileiros.

A delegação francesa indicou que uma isenção de visto global ou seletiva para os habitantes dos três estados do Norte do Brasil não é possível no momento atual. No entanto, foram propostas medidas concretas para facilitar a mobilidade:

- Retomar a instrução e a emissão da carteira de circulação transfronteiriça, e avaliar a possibilidade de estender sua abrangência territorial para outros municípios fronteiriços. Nesse intuito, será convocada reunião do comitê local mencionado na troca de notas entre os dois ministros das Relações Exteriores em 2014.
- Propor soluções que facilitem a emissão de visto de circulação para públicos prioritários (agentes de cooperação, agentes econômicos, professores e pesquisadores, atletas) - cuja concessão aumentou significativamente para todo o Brasil nos últimos anos (20% em 2019, 30% em 2022) - com a possibilidade de estender sua duração e

alcance geográfico. O lado brasileiro pediu esclarecimentos sobre as categorias que seriam incluídas como “agentes de cooperação”. Em resposta, o lado francês sugeriu que as questões técnicas fossem discutidas em nova reunião do mecanismo bilateral sobre questões migratórias.

-Reafirmar o compromisso de dar continuidade à isenção de visto de quinze dias para os brasileiros que estejam viajando por meio de agências de viagem credenciadas na Guiana Francesa ou que possuam um acordo com uma agência de viagem guianense, e melhorar a comunicação das informações relativas a essa isenção. As autoridades do Amapá gostariam de ver um aumento no número de agências de viagem credenciadas no Amapá.

A parte francesa apontou que, por motivos técnicos (uso da biometria e acesso a redes seguras), não é possível emitir vistos em Macapá.

b) Cooperação sobre a gestão dos fluxos e o acolhimento de refugiados

A delegação francesa expressou suas preocupações a respeito do aumento significativo dos pedidos de asilo na Guiana Francesa desde 2019, principalmente por parte de cidadãos sírios, afegãos e marroquinos que estiveram em trânsito no Brasil, e da acentuação dessa tendência em 2023. A situação atual impõe importantes desafios ao sistema de acolhimento e gestão, principalmente diante da falta de conexões aéreas para os países de origem dos migrantes, a qual dificulta a execução de afastamentos forçados a partir da Guiana Francesa.

A parte francesa indicou que gostaria que as autoridades brasileiras considerassem essa questão e as alertou sobre o desvio do objetivo dos vistos humanitários que dão direito a residência no Brasil, ressaltando que as isenções de visto concedidas a alguns de seus parceiros precisariam ser estudadas com atenção, pois tinham se tornado um meio de facilitar o acesso de pessoas que querem fazer pedidos de asilo em território francês. Enfatizou que deseja dar seguimento à sua cooperação com o Brasil e realizar uma análise aprofundada sobre esse tema, especialmente por meio da reativação do mecanismo de diálogo bilateral sobre as questões migratórias criado em 2009.

A delegação brasileira recordou os compromissos assumidos pelo presidente Lula em favor do Pacto Global para Migração e a política generosa adotada pelo Brasil para a região. Reafirmou sua vontade de emitir vistos humanitários respeitando os critérios de segurança e oportunidade, e convidou a parte francesa a considerar o apoio a organizações privadas que prestam assistência aos refugiados no Brasil. Ressaltou, ainda, que não é possível readmitir migrantes que entraram no território francês com visto humanitário brasileiro, pois este perde seu objeto e sua validade quando seus titulares deixam o território nacional contornando os controles migratórios.

A delegação tomou nota das propostas francesas em matéria de reativação do mecanismo bilateral sobre as questões migratórias e as encaminhará ao governo federal para resposta.

V. Foco em questões transfronteiriças

a) Questões ambientais, incluindo o controle do comércio de mercúrio e seus compostos em torno do rio Oiapoque e seus afluentes, e tratamento e reciclagem de resíduos

As duas delegações ressaltaram a importância política e humanitária da questão ambiental, a qual constitui uma prioridade para ambos os países.

As partes registraram que um diálogo está sendo realizado para estabelecer uma parceria entre o Parque Amazônico da Guiana (PAG) e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), duas áreas protegidas, localizadas cada uma em uma margem do rio Oiapoque. O estabelecimento dessa parceria refletirá o compromisso dos dois países com a conservação do maior complexo transfronteiriço de áreas protegidas tropicais do mundo.

A delegação francesa destacou os desafios impostos pela criminalidade ambiental na Guiana Francesa, como a extração de ouro ilegal, responsável pela destruição de 500 hectares de floresta por ano, pela degradação de vários quilômetros de cursos d'água (apenas 67% das massas de água da Guiana Francesa se encontram em bom estado), pelo envenenamento das populações por mercúrio, e pela perda estimada de 10 toneladas de ouro por ano, equivalente a 600 milhões de euros. O princípio do poluidor pagador deve ser aplicado. As iniciativas de gestão de resíduos e o projeto Bio-plateaux são os principais eixos de trabalho sobre esse tema.

A delegação brasileira observou que um programa de gestão de recursos hídricos está sendo elaborado no Estado do Amapá. A fase II do projeto Bio-Plateaux seria importante no âmbito dessa iniciativa.

O combate aos crimes ambientais é um desafio conjunto e é preciso garantir o desenvolvimento sustentável da região fronteira. O Amapá convidou a Guiana Francesa a apresentar os progressos realizados conjuntamente durante a COP30 em Belém.

Foi ressaltada a necessidade de uma abordagem regional para combater a poluição por mercúrio no planalto das Guianas. A França expressou sua vontade de colaborar com as autoridades brasileiras, em nível federal e estadual, para a implementação do acordo bilateral de 2008, destinado ao combate à exploração ilegal de ouro em áreas protegidas. A delegação apresentou os esforços que estão sendo feitos para que o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), em colaboração com várias universidades e a polícia brasileira, possa realizar pesquisas de concentração de mercúrio junto à população Yanomami, cuja metodologia poderá ser aplicada na zona transfronteiriça.

b) Cooperação cultural e educativa

As partes saudaram a iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Amapá de publicar um referencial curricular para o ensino da língua francesa no ensino fundamental em setembro de 2022. Essa iniciativa resultou na abertura de cursos opcionais de francês no início do ano letivo de 2023, a pedido das comunidades e diretores das escolas. No entanto, não foi possível atender a todos os pedidos devido à falta de professores. Foi levantada a possibilidade de abertura de novas vagas de professor de francês via concurso. As associações de professores de francês existentes impulsionam a difusão da língua no Amapá. A criação de materiais didáticos regionalizados também foi abordada.

As duas delegações apresentaram os programas e as iniciativas existentes (assistentes de língua, formações compartilhadas, centros de língua e cooperação universitária) e afirmaram estarem dispostas a fortalecê-los. A pesquisa universitária conjunta na área ambiental é uma prioridade para as duas partes. O desenvolvimento de escolas binacionais continuará. A promoção mútua de culturas contribui para o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de fronteira compartilhada. Será estudada a possibilidade de criação de um comitê conjunto para a promoção da cultura transfronteiriça e o fortalecimento de programas de intercâmbio (residências artísticas, oficinas, apresentações, troca de ideias).

A delegação brasileira destacou a criação de um serviço de relações internacionais na FAPEAP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá), que permitirá intensificar a cooperação para a pesquisa universitária. É preciso incentivar a cultura de inovação, a pesquisa e o desenvolvimento, e facilitar a pesquisa colaborativa.

Os Jogos Olímpicos de Oiapoque de 2024 já estão mobilizando todos os atores envolvidos.

A parte francesa indicou que um complexo escolar será aberto em Saint-Georges de l'Oyapock a partir de setembro de 2023.

c) Cooperação sanitária, incluindo a possível criação de um centro de coordenação sanitária transfronteiriço

As partes destacaram a cooperação ativa entre o Amapá e a França na área da saúde, ressaltando que a vigilância de epidemias é um grande desafio para ambos os países.

Em dezembro de 2022, um acordo foi assinado em Oiapoque entre a Agência Regional de Saúde da Guiana Francesa e o Governo do Amapá. Esse acordo permite um monitoramento detalhado da situação sanitária na fronteira e fornece às autoridades um mecanismo de alerta em caso de dificuldades. Além disso, um exercício conjunto de gestão de crise voltado para eventos sanitários transfronteiriços está previsto para 2023.

As partes manifestaram sua satisfação com esse mecanismo de cooperação e compartilhamento de informações, bem como a expectativa de que seus resultados positivos (como o alerta lançado em dezembro sobre um caso de hantavírus ou de meningite tuberculosa) continuem a se multiplicar no futuro.

As duas partes expressaram seu interesse em desenvolver a cooperação a fim de criar melhores protocolos de atendimento transfronteiriço, especialmente por meio do aprimoramento das trocas de informações, da melhoria das transferências e repatriações, e do mapeando os recursos disponíveis. A criação de um centro de coordenação de saúde seria um importante passo nesse sentido. O lado brasileiro quer trabalhar especialmente na erradicação da malária e na vacinação das populações fronteiriças.

As delegações saudaram a excelência da cooperação franco-brasileira entre o Instituto Pasteur, a FioCruz e a Universidade de São Paulo na área da saúde.

d) Cooperação sobre o turismo na Amazônia

As partes saudaram a cooperação que tem sido realizada há vários anos entre a França e os estados do nordeste brasileiro na área do turismo sustentável. A troca de técnicas e conhecimentos especializados incentivou o desenvolvimento de um turismo mais respeitoso com o meio ambiente e benéfico para as comunidades rurais. As delegações estão entusiasmadas com a possibilidade de uma cooperação semelhante entre a Guiana Francesa e o Amapá.

A delegação brasileira abordou a possibilidade de criar um verdadeiro corredor turístico franco-brasileiro-amazônico em conexão com a COP30. O aspecto gastronômico deve ser destacado, e uma atenção especial deve ser dada ao fortalecimento dos vínculos entre as PMEs e o setor do turismo. Agências de viagens do Amapá poderiam ser credenciadas na França. Os acordos alcançados pela CCI fornecem uma base para avançar nesse sentido.

e) Questões relativas aos povos indígenas, incluindo o acesso à universidade e a inclusão da cultura Wajãpi na lista do patrimônio mundial da UNESCO

As partes enfatizaram a importância de atuarem em defesa dos direitos dos indígenas, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação e à universidade. Trata-se de uma prioridade para ambos os países. Saudaram a iniciativa da embaixada francesa de oferecer bolsas de estudo criadas especificamente para estudantes indígenas, o que lhes permitirá realizar parte de seus estudos em universidades francesas, em nível de mestrado e doutorado. As delegações observaram que a expansão do ensino da língua francesa no Amapá aumentaria o número de candidatos elegíveis para essas bolsas de estudo.

Embora uma fronteira as separe, as populações indígenas se conhecem, se coordenam e compartilham os mesmos problemas. Um grupo binacional está promovendo seu interconhecimento. Uma ficha de projeto está sendo elaborada para reativar o acordo entre a Universidade da Guiana Francesa e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Essa iniciativa permitirá reduzir o desequilíbrio no acesso em ambos os lados da fronteira e melhorar o treinamento de professores indígenas, o que possibilitará a criação de um viveiro de professores indígenas na bacia do Oiapoque.

A inclusão da cultura Wajãpi na lista do patrimônio imaterial da UNESCO, a pedido do Brasil, também foi saudada pelas partes. A delegação francesa declarou que havia tomado nota dessa iniciativa, que levou o Brasil a reconhecer a cultura Wajãpi em nível nacional em 2008. As partes concordaram com a necessidade de iniciarem uma reflexão conjunta para promover o reconhecimento das culturas Wajãpi da Guiana Francesa em nível internacional, ao lado do Brasil. Um protocolo de consulta deverá ser elaborado para obter a opinião e o consentimento das populações Wajãpi francesas sobre essa iniciativa.

Michèle Ramis
Diretora de Américas e do Caribe

Flavio Celio Goldman
Diretor do Departamento de Europa